

Vivien Diesel

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM TEMA DÉMODÉ?

*O entendimento das percepções desenvolvidas no período de 1960 a 1994 sobre os problemas ambientais, requer que se atente para o contexto social, político e econômico em que tais problemas são gerados. É neste cenário, onde a sociedade define ações para fazer frente aos desajustes ecológicos, que se estruturam as propostas de Educação Ambiental. Admitindo que uma análise com esta amplitude espacial, temporal e temática pode não traduzir a singularidade e a complexidade de muitos fenômenos, convém realizá-la mesmo assim, tendo em vista suas possíveis contribuições para a elaboração de um novo padrão conceitual que não reduza o alcance interpretativo e histórico da Educação Ambiental. Sem um esforço desta envergadura, autores e agentes sociais podem ser induzidos a sustentar estratégias educativas que tendem a perder legitimidade e poder de mobilização. Tendem, portanto, a tornar-se démodés.*

## A PERCEPÇÃO AMBIENTALISTA NA DÉCADA DE 60: do desencantamento a Estocolmo<sup>1</sup>

<sup>1</sup> A história de fato, não inicia na década de 60, mas é relativamente consensual entre os autores que a década de 60 marca as origens de uma percepção diferenciada quanto às relações sociedade-ambiente, ou, pelo menos, que delimita o momento em que tal preocupação começa a difundir-se para a população em geral nos Estados Unidos e Europa. Esta percepção diferenciada se refere à complexidade e gravidade dos problemas ambientais. Complexidade devido ao fato de ultrapassarem a esfera do local (as interdependências), do visível (apreensão dos efeitos degradadores de substâncias químicas presentes no meio e nos alimentos, por exemplo) e do imediato (efeitos cumulativos). Gravidade quanto aos efeitos sobre a saúde humana, sobre o potencial produtivo dos ecossistemas sobre as possibilidades de sobrevivência da espécie humana.

<sup>2</sup> Brubaker menciona: “*Aglomeración, incomodidades, pérdida de contato con la naturaleza y deterioro de lo que queda, son los aspectos del problema ambiental que van oprimiendo la mayoría de la gente que se ha detenido a estremecerse la perspectiva de una catástrofe universal. Simplemente el ruido la inmundicia y las tensiones fisiológicas y psicológicas de la vida urbana parecen ir tornándose más y más graves (...)*”. Ainda, autores da época observam uma vinculação entre a urbanização e o aumento do índice de suicídios, incidência de alcoolismo e acidentes. BRUBAKER, S. *Para vivir en la Tierra*. Argentina-México: Editorial Pax México Librería Carlos Cesarian, 1973. p.5.

O pós-guerra caracteriza-se, sinteticamente, pela expansão do capitalismo: expansão quantitativa (intensificação e aumento de produção), expansão espacial (integração de mercados e expansão do parque industrial para o Terceiro Mundo), expansão tecnológica (ritmo intenso de inovações tecnológicas e aplicação de novas tecnologias na produção) e homogeneização do padrão cultural (consolidação da cultura de massas e da sociedade de consumo urbano-industrial). A expansão econômica, por sua vez, responde pela generalização e agravamento das contradições do modelo que vão sendo, então, melhor percebidas e explicitadas em sucessivas denúncias.

Assim, o movimento operário persiste na crítica às condições de trabalho e remuneração, cientistas e ativistas denunciam a descaracterização das culturas marginais e a relação sociedade-ambiente passa a ser problematizadora. A denúncia de Rachel Carson, em 1962, alerta sobre os efeitos da utilização de agrotóxicos sobre a saúde do homem e condições de vida de outras espécies. A opinião pública passa a se preocupar com o problema das poluições, com os efeitos da urbanização sobre a qualidade de vida e degradação moral<sup>2</sup> e com o esgotamento dos recursos naturais não renováveis.

Estas denúncias desencadeavam um fenômeno de perplexidade e sucessivo desencantamento. Para Brubaker:

*El movimiento em prol del ambiente surge como un repentino despertar después de años de prosperidad e confianza de que el desarrollo economico es la clave para la mayoría de los problemas sociales. La panacea reconfortante se pone hoy en tela de juicio, y a la medicina — el desarrollo — se la hace responsable de las*

<sup>3</sup> BRUBAKER, S. Op. cit., p.2.

*enfermedades del ambiente. Un sentimiento de desilusión ha invadido todo.*<sup>3</sup>

A percepção que se desenvolvia junto a opinião pública em torno da problemática ambiental encontrava-se fortemente permeada pelas idéias de equilíbrio-desequilíbrio, onde o desequilíbrio passava a ser compreendido como um processo iminente e catastrófico, de conseqüências imprevisíveis e, por certo, indesejáveis. A velocidade com que se avançaria “para este abismo” dependeria da velocidade do crescimento econômico. A questão da manutenção do “equilíbrio” se colocava, então, como fundamental e urgente. Entretanto, não estavam ainda formuladas as teorias que elucidariam como e porque a sociedade causa a degradação do ambiente. Brubaker contextualiza:

*El hecho de que la atención se haya concentrado en temas importantes que habían estado descuidados hace que el fermento de la inquietud sea para bien. Sin embargo, como punto de partida para la acción deja mucho que desear. La discusión no ha tenido tiempo de madurar. Nos ha dejado en disposición de pasar a la obra en circunstancias en las que nuestra comprensión de la naturaleza y de las causas de los problemas ambientales y de sus posibles remedios es sumamente deficiente. Necesitamos adquirir un sentido mucho más exacto de la dimensión, de la relativa gravedad y prioridad, para poder responder en forma constructiva a la amenaza de corrupción ambiental.*<sup>4</sup>

<sup>4</sup> BRUBAKER, S. Op. cit., p.1.

Na medida em que define-se a consciência ecológica, grupos sociais das mais diversas origens e motivações incorporam-se ao movimento ambientalista. Assim, além de incipiente, a discussão teórica acerca da questão ambiental torna-se prolixa. Brubaker ilustra: “*El movimiento tiene abundancia de vitalidad, pero carece de una doctrina unificadora. Sin embargo, las tendencias más importantes son discernibles, a pesar de hallarse siempre entremezcladas.*”<sup>5</sup>

<sup>5</sup> BRUBAKER, S. Op. cit., p.3.

Em termos muito gerais, distinguem-se basicamente duas linhas de interpretação: uma preocupada com o ritmo de desenvolvimento e outra preocupada com o sentido do desenvolvimento.

Muitas pessoas, especialmente no início da década de 70, associam a degradação ambiental à explosão demográfica e à expansão econômica. Entendem que mudanças no padrão tecnológico necessitariam de longo prazo para efetivar-se e por isso seria prioritário pensar os limites do ritmo de crescimento econômico e demográfico. Estas teses recebem “legitimidade científica” com os estudos do Clube de Roma, constantes da obra *Limites do Crescimento* publicada em 1972, os quais prognosticam estratégias polêmicas como a do “crescimento zero”, ou seja, a suspensão do crescimento econômico.

Outro grupo da época tende a enfatizar a necessidade de uma nova ética e novos valores para fazer frente à problemática ambiental considerada, por muitos, representativa de uma crise mais geral da sociedade. Este seria o grupo preocupado com o sentido do desenvolvimento.

É neste contexto que se realiza, em 1972, a Conferência de Estocolmo, idealizada como um esforço global para enfrentar os problemas do meio ambiente, mas que evidencia as posições antagônicas de conservacionistas e desenvolvimentistas, de países do Norte e países do Sul. Mesmo assim, conforme Strong<sup>6</sup>, houve um grande esforço de superação das divergências, que se manifesta no tom consensual do documento “Declaração sobre o Ambiente Humano”.<sup>7</sup>

O documento enumera problemas do ambiente físico-biológico que devem merecer especial atenção, sugerindo, para superá-los, uma série de estratégias centrais no recurso à planificação e administração racional, no desenvolvimento da ciência e tecnologia e na educação.

Os termos planificação e administração racional são pouco claros, portanto, convém identificar o que se discutia, no período acerca deste tema. Para tanto, tomar-se-á por base o trabalho de Lapoix, onde a planificação é enten-

<sup>6</sup> STRONG, M. De Estocolmo ao Rio : a jornada de uma geração. *Ecorio*, v.1, n.5, p.12-6, 1992.

<sup>7</sup> Este cria o direito a um ambiente de boa qualidade (e o dever de preservá-la para as gerações presentes e futuras) mas não se refere somente aos aspectos do ambiente físico, repudiando as discriminações raciais ou culturais no ambiente social. Manifesta-se politicamente, a favor dos países pobres, apoiando a opção pelo desenvolvimento econômico, requisitando, inclusive, a adoção de medidas de ajuda (cedência de capital, tecnologia, etc.) ONU. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE. Declaração sobre o Ambiente Humano. Estocolmo, 1972.

<sup>8</sup> LAPOIX, F. Uma política nacional do meio ambiente. In: CHARBONNEAU, J-P et al. *Enciclopédia de Ecologia*. São Paulo : EPU, 1979. p.358-417.

<sup>9</sup> O histórico das lutas ambientais nos EUA durante a década de 60, evidencia que as mesmas motivaram a adoção de uma série de medidas pelo Estado, principalmente no nível de regulamentações de forma que em 1970 os EUA apresentarão uma avançada legislação ambiental que prevê, inclusive, os Relatórios de Impacto Ambiental. Embora muitas destas medidas tenham apenas existência legal sem serem executadas de fato, entende-se que elas podem ter servido de referência neste contexto da Conferência de Estocolmo.

<sup>10</sup> COLBY, M. E. Environmental Management in development: the evolution of paradigms. In: *Ecological Economics*. Amsterdam : Elsevier Science Publishers, 1991. v.3. p.193-213.

<sup>11</sup> É interessante observar que, na literatura da época, já existem indícios do reconhecimento que o sistema econômico vigente pode motivar um “uso não ótimo” do meio ambiente e recursos naturais. Por outro lado, autores que realizam uma análise crítica do sistema econômico como Schumacher colocam a prioridade das transformações metafísicas e éticas (SCHUMACHER, E. F. *O negócio é ser pequeno*. Rio de Janeiro : Zahar, 1983.) As controvérsias acerca da gravidade do problema ambiental, a incipiência da discussão, especialmente quanto à formulação de estratégias de ação e modelos alternativos, os interesses econômicos constituídos e as implicações políticas nas relações norte-sul, retardaram a adoção de medidas que poderiam significar alterações mais profundas no modelo econômico.

<sup>12</sup> TANNER, R. T. *Educação Ambiental*. São Paulo : Summus/EDUSP, 1978.

<sup>13</sup> Herculano esclarece que as idéias, enquanto forças vivas,

didada como a utilização da ciência para identificar as capacidades e limitações ecológicas de determinados espaços geográficos, as quais orientariam o ordenamento de seu uso através de políticas de zoneamento, incentivos e restrições legais.<sup>8</sup> Por outro lado, concebe-se a ação planejada nos grandes projetos, a partir da utilização da ciência para conhecer previamente seus efeitos sobre o meio ( os relatórios de impacto ambiental). Todas estas ações conformariam elementos de uma política nacional para o meio ambiente, a ser implementada por instituições criadas para tal fim, capazes de controlar os processos indesejáveis.<sup>9</sup>

De modo geral, observa-se que estas propostas, no contexto da dicotomização existente, representam uma orientação tecnocrática, que traz implícito o princípio da possibilidade de compatibilizar desenvolvimento e conservação, desde que algumas medidas de prevenção e, principalmente, reparação, sejam adotadas. Para Colby estes componentes caracterizam a “Environmental Protection”, onde a degradação é compreendida como uma externalidade econômica.<sup>10</sup> Conforme esclarece o autor, não se propõe acabar com a degradação ambiental (considerada inerente à atividade econômica), mas controlá-la.<sup>11</sup>

E a Educação Ambiental? No final da década de 60, a mesma já se apresentava como proposta, em substituição à educação conservacionista, concretizando-se em uma série de projetos experimentais, muitos dos quais financiados pelo governo norte-americano.

Tanner, ao tentar mapear as iniciativas de Educação Ambiental nos EUA, identifica uma multiplicidade muito grande de orientações, capazes de gerar graves problemas conceituais.<sup>12</sup> Entretanto, convém identificar algumas tendências das propostas formuladas nesta época.<sup>13</sup> Neste sentido, observa-se que a Educação Ambiental tende a ser justificada por sua contribuição à “luta pela sobrevivência”, o que lhe confere caráter de estratégia e de urgência. Os conteúdos da Ecologia serão importantes nesta luta para a explicitação das interdependências. Por outro lado, as iniciativas de educação ambiental da época eram muito orientadas à mudança de valores. Nestes termos, seriam

são reinterpretadas e apropriadas pelos diferentes segmentos sociais, correndo o risco de serem adulteradas. HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: ELY, A. *A ECO 92 e o Desenvolvimento Sustentando*. 1992.

<sup>14</sup> Observa-se que a denúncia ecológica já vem nesta linha com Rachel Carson, em *Silent Spring*, que alerta para a “beleza do canto das aves”, a “inocência dos animais” e a “crueldade” de muitas ações humanas degradadoras. Nesta linha Tanner menciona a experiência com jardim de infância onde as crianças são levadas a passeios pela natureza com objetivo de instilar nelas um “senso de maravilha”. (TANNER, T. Op. cit., p.26)

<sup>15</sup> Um dos referenciais quanto a esta questão ética é o trabalho do conservacionista Aldo Leopold que advoga a mudança do papel do *Homo sapiens*, de conquistador da comunidade da Terra para seu simples membro e cidadão.

<sup>16</sup> É reconhecido, por exemplo, que desde meados do século XIX muitos camponeses dos EUA percebem o sentido das transformações econômicas e a crescente perda de poder político e econômico a que estão sujeitos. Não é de se espantar, então, que uma proposta tão urbana e avançada, como a EA, pudesse encontrar apoio nesse segmento.

parte do movimento pela construção de uma sociedade melhor, onde “homem e natureza vivam em harmonia”; dentro de um ideal utópico neonaturalista. Esta orientação centra-se na relação entre o indivíduo e a natureza. Parte do reconhecimento de que a sociedade moderna gera um indivíduo insensível que é o causador da degradação ambiental. Este indivíduo deve, agora, aguçar sua sensibilidade para perceber a beleza e a vida da natureza.<sup>14</sup> Nesta linha, entende-se que o programa educativo centrado na mudança de valores e na internalização de uma ética ecológica promove a mudança de comportamentos individuais e, por esta via, controla a degradação ambiental.<sup>15</sup> Assim, imprime-se a um conjunto de iniciativas de Educação Ambiental ainda incipientes, um tom de ufanismo da vida camponesa, do ambiente natural e agro-pastoril, muito de acordo e, por isso mesmo, podendo contar com o apoio de segmentos sociais que tecem uma crítica conservadora à sociedade urbana.<sup>16</sup>

Na proposta da Conferência, a Educação Ambiental será referida em apenas um artigo (princípio 19) com o sentido de estabelecer a responsabilidade dos indivíduos na proteção e melhoramento do meio ambiente. Apresenta-se, portanto, de forma asséptica, destituída de seu conteúdo utópico mais genuíno, compatível com a orientação tecnocrática já observada em outras ações recomendadas neste evento. Para definir sua orientação, são previstas reuniões internacionais de especialistas.

## A DÉCADA DE 70: da catástrofe às organizações ecologistas

A década de 70 marca, no plano econômico, um processo de reorientação de capitais e reorganização da economia mundial, motivado por reduções nas taxas de lucro nos países desenvolvidos, as quais derivariam do aumento dos salários, da estabilização na produtividade do trabalho, do esgotamento de um ciclo expansivo baseado na indús-

<sup>17</sup> FOLADORI, G. Las transformaciones mundiales de los últimos veinte años y la actualidad de la crisis. *Trabajo y Capital*, n.3, p.7-26, 1991/1992.

<sup>18</sup> O deslocamento destes capitais para o Terceiro Mundo tenderia a reforçar uma experiência quantitativa em suas economias, numa reprodução do modelo técnico econômico dos países desenvolvidos. Como são reconhecidas as contradições deste modelo, sob os pontos de vista social e ambiental, é possível deduzir a indissociabilidade crescimento e poluição (ou degradação de forma mais genérica e, portanto, generalização dos problemas ambientais no Terceiro Mundo).

<sup>19</sup> Os indícios de retração do ritmo de desenvolvimento econômico nos países industrializados na década de 70, contribuíram, em certa medida, para adiar, na percepção do público, a ocorrência de uma catástrofe.

<sup>20</sup> Isso permite que o movimento ecológico europeu possa ser enriquecido pela crítica à vida cotidiana formulada pelos revoltosos de 68, pela cientificidade do movimento conservacionista, pela objetividade dos movimentos de bairro, pelas utopias dos movimentos vitalistas, marginalistas e outros.

<sup>21</sup> SIMONNET, D. *O Ecologismo*. Rio de Janeiro : Moraes Editores, 1981. p.120.

tria automobilística e de eletrodomésticos e da pressão no custo da energia, com a alta do petróleo a partir de 1973.<sup>17</sup>

Tal contexto teria ocasionado o deslocamento dos capitais da produção para o mercado financeiro e em virtude da condição desfavorável de investimento nos países desenvolvidos, o capital se orienta na forma de empréstimos para investimentos no Terceiro Mundo. A este capital se soma o oriundo do comércio de petróleo (petrodólares). Essa situação implica desaceleração do crescimento e desemprego nos países desenvolvidos, além de reorganização do mercado financeiro internacional. Assim, consolida-se, a partir de 1973, um ciclo depressivo que teria sua fase mais crítica em 74, com indícios de recuperação em 76, mas com persistência até o final da década.<sup>18</sup>

Do ponto de vista de percepção crítica do fenômeno da degradação ambiental, julga-se conveniente destacar que, no início dos anos 70, permanece a tendência catastrofista evidente na literatura do final da década de 60, que se refletirá nas propostas dos movimentos ecológicos. Ao mesmo tempo que se difunde esta percepção ao público, a tendência que se verifica é a de buscar um melhor dimensionamento da crise. Nestes termos, a Fundação Bariloche (Argentina) encomendou um estudo para avaliar a relevância dos problemas ambientais nos países em desenvolvimento, concluindo que o principal problema dos mesmos era a miséria e que não haveria limites físico-naturais ao crescimento econômico que não pudessem ser superados por força da vontade política e do progresso tecnológico.<sup>19</sup> Se, por um lado, questiona-se a iminência de uma catástrofe ambiental, por outro lado, a consciência ambiental difunde-se na Europa e, sobretudo, a crítica à sociedade urbano-industrial se intensifica, permitindo a consolidação de fortes movimentos sociais.<sup>20</sup>

No entender de Simonnet, o movimento ecologista não teria se expandido sem as centrais nucleares. Para ele, "(...) foi contra elas que se operou a fusão entre as diferentes correntes sociais e as sensibilidades libertárias e naturalistas até aí separadas".<sup>21</sup> E continua o autor:

*Na primavera de 1974, após o aumento brutal do preço do petróleo, decidido pelos países produtores, o que provocou a crise das políticas energéticas, o governo de Pierre Mesmer anunciou o lançamento de um gigantesco programa nuclear. Esta decisão foi o verdadeiro detonador do ecologismo em França e reuniu contra ela os diferentes movimentos que aí encontravam um motivo de inquietação: os defensores da natureza e do meio ambiente inquietaram-se com esta nova ameaça de poluição, os utentes viram nela mais uma coisa má, os adeptos das perspectivas contestaram as previsões económicas, os analistas da sociedade técnica encontraram aí um exemplo para firmar as suas teorias, os cientistas contestários denunciaram o poder dos especialistas, e os antigos militantes viram perfilar-se uma sociedade que ameaçava as liberdades.*<sup>22</sup>

<sup>22</sup> SIMONNET, D. Op. cit., p.120.

<sup>23</sup> Herculano menciona como de importância para o desenvolvimento deste tipo de percepção a obra de orientação marxista intitulada *Manifesto pela Sobrevivência*, publicada em Londres em 1972, por Goldsmith et al., que preconizava que o combate à degradação ambiental fosse feito pelo combate ao capitalismo e não por intermédio de campanhas anti-consumistas dirigidas aos indivíduos. (HERCULANO, S. C. Op. cit.).

<sup>24</sup> Quanto às implicações desta crítica, Castoriadis avalia: "o que o movimento ecológico pôs em questão de seu lado foi a outra dimensão: o esquema e a estrutura das necessidades, o modo de vida. E isto constitui uma superação capital daquilo que pode ser visto como o carácter unilateral dos movimentos anteriores (centrados na crítica às condições objetivas). O que está em jogo no movimento ecológico é toda a concepção, toda a posição das relações entre a humanidade e o mundo e, finalmente, a questão central e eterna: o que é a vida humana? Vivemos para fazer o quê?" CASTORIADIS, C.; COHN-BENDIT, D. *Da Ecologia à Autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.24.

No seio deste movimento de crítica à sociedade urbano-industrial, desenvolve-se uma crítica original à fabricação de necessidade, relacionada à expansão do consumo como pré-requisito ao desenvolvimento capitalista. A observação de que o movimento expansionista faz parte da dinâmica interna do capitalismo e que o mesmo se concretiza pelas vias do consumo, leva algumas correntes a questionar o capitalismo, propondo sua substituição por um modelo econômico mais compatível com as restrições ambientais e socialmente desejável.<sup>23</sup> É interessante observar que esta crítica ao consumo se faz com a tônica de uma redefinição de perspectivas existenciais, coerente com a desmistificação da ideologia do progresso. Questiona-se, fundamentalmente, o sentido de uma existência devotada simplesmente à melhoria dos padrões de consumo. Ou seja, o capitalismo é questionado enquanto "modo de vida e modo de produção".<sup>24</sup> No conjunto desta efervescência crítica se afirmaria também o projeto utópico da "Deep Ecology" que, no entender de Colby, propõe um misto de



valores e princípios éticos, fundamentalmente diferentes dos vigentes. Apesar de estar longe de uma filosofia unificada e consistente, incluiria os grupos que propõem uma visão egocêntrica, não humanista, não antropocêntrica, de forma que se caracteriza, em essência, por propor uma subserviência do homem à natureza. Desta forma, inclui e reinventa as propostas neonaturalistas.

Ao mesmo tempo em que se observa a efervescência da crítica social e dos movimentos sociais na Europa, conforma-se, na década de 70, o arcabouço teórico-conceitual acerca dos processos sociais relacionados à degradação ambiental, definindo-se três linhas principais de interpretação: o condicionamento biológico, o condicionamento cultural e o condicionamento econômico.

A linha que trabalha com o condicionamento biológico talvez seja a que tenha obtido menor repercussão política e apresentado argumentação mais frágil. Tende a caracterizar o homem como um ser condicionado biologicamente, dotado de um comportamento agressivo próprio de seu ser, de sua natureza, talvez derivado da histórica luta pela sobrevivência contra as forças naturais.

A linha que trabalha com a perspectiva do condicionamento cultural reconhece a existência, na cultura ocidental, de uma concepção da relação homem-natureza que, ao colocar o homem como dominador ou ordenador (sem restrições), favorece a intervenção degradadora. Alguns autores enfatizam as contribuições do ideário religioso ocidental, enquanto outros destacam o ideário científico moderno.

A terceira linha enfatiza o condicionamento econômico e apresenta várias tendências conforme os paradigmas adotados. No âmbito da economia neoclássica, por exemplo, persegue-se o intento de investigar as relações da economia de mercado com as decisões individuais de uso dos recursos naturais, investigando suas “falhas”, enquanto nos paradigmas neomarxistas se desenvolve uma análise mais globalizante, investigando-se os processos associados ao desenvolvimento capitalista (desenvolvimento tecnológico,

expansão da produção e do consumo, urbanização, pobreza) e seus reflexos sobre o meio ambiente.

Enquanto a primeira perspectiva interpretativa não recomenda ações concretas, a segunda perspectiva se compatibiliza com os movimentos em prol de uma nova ética nas relações indivíduo-natureza, na medida em que explicita e comprova a presença de princípios legitimadores da degradação ambiental na cultura ocidental. São reforçadas, então, as iniciativas educacionais centradas na mudança de valores individuais como forma de instauração de “uma nova cultura”, favorecedora de relações mais harmoniosas com o ambiente.<sup>25</sup> Variações em torno desta tendência parecem ter predominado no discurso sobre a Educação Ambiental durante a década de 70.<sup>26</sup>

As interpretações centralizadas na análise do condicionamento econômico atingem uma fase de consolidação nos anos 70. As contribuições destes estudos para a formulação de políticas ambientais, entretanto, somente se tornarão evidentes na década de 80.

No plano da política ambiental, a década de 70 vai marcar a institucionalização e aplicação das medidas propostas na Conferência de Estocolmo (Políticas de “Environmental Protection”) e reivindicadas pelos movimentos ecológicos que se organizam politicamente no final deste período.

A Educação Ambiental (EA) será discutida em reuniões regionais e internacionais, patrocinadas pela UNESCO, com vistas à definição de seus princípios gerais. Em Belgrado (1975) explicita-se a realidade de uma EA em formação e a principal preocupação dos especialistas: a formulação dos objetivos e a sugestão de metodologias. Em Tbilisi (1977) o discurso da EA aparece mais articulado. O documento gerado em Tbilisi, em termos gerais, segue as tendências políticas da Declaração de 1972, indicando a conveniência e a possibilidade de conciliação entre desenvolvimento e conservação. Esta conciliação se faria através da escolha do “tipo de desenvolvimento” que conviria ao país. Neste sentido assume: “*En realidad hay*

<sup>25</sup> Estas concepções são criticadas no plano utópico a partir das contribuições da teoria do caos e outras formulações da Ecologia que questionam a noção de “equilíbrio” e “harmonia”, (vide PRIGOGINE, I. & STENGERS, J. *A Nova Aliança*. Brasília : UNB, 1991. 247p.). Do ponto de vista instrumental, a crítica se insere no marco do confronto das teorias individualistas e coletivistas (vide ALEXANDRE, J. F. *O Novo Movimento Teórico*. *Rev. Bras. de Ciências Sociais*, v.2, n.4, p.5-25, jun. 1987.)

<sup>26</sup> Alguns de seus traços característicos aparecem inclusive, na formulação da UICN onde os objetivos da educação ambiental são definidos da seguinte forma: “*En fin de cuentas, habrá que transformar el comportamiento de toda la sociedad en relación con la biosfera, si se quiere alcanzar los objetivos de la conservación. Se requiere una nueva ética en relación con las plantas, los animales, e incluso los seres humanos, para que las sociedades puedan vivir en armonía con el mundo natural del cual dependen su supervivencia y su bienestar. A largo plazo, la tarea de la educación ambiental consistirá en el fomento o fortalecimiento de las actitudes y del comportamiento que sean compatibles con aquella nueva ética.*” UICN. *Estrategia Mundial para la Conservación*. s.l.: UICN/PNUMA/WWF, 1980.

<sup>27</sup> UNESCO. *La educación ambiental — las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi*. Paris : ONU, 1980. p.67.

*que concebir otro tipo de desarrollo. A este respecto no existen soluciones automáticas (...)*.<sup>27</sup>

O documento propõe uma EA comprometida com a melhoria das condições de vida e com uma proposta democrática de governo:

*Hay que preparar o fortalecimiento de una conciencia y una ética ecológica en el plano mundial y fomentar el desarrollo de la capacidad científica y tecnológica, para poder solventar los problemas que plantea la mejora de las condiciones de vida. Procede fomentar también decididamente una participación efectiva de los sectores activos de la población en la concepción, la decisión y el control de las políticas inspiradas por las nuevas opciones de desarrollo.*<sup>28</sup>

<sup>28</sup> UNESCO. Op. cit., p.19.

A observação do texto do documento gerado em Tbilisi demonstra que este evento demarca a transição de uma concepção de educação ambiental centrada na modificação de valores e comportamentos individuais, para uma preocupação com a transformação como projeto coletivo. Observa-se, sobretudo, que a ênfase não reside mais em educar o indivíduo para a ação individual, mas para a ação política na definição de projetos nacionais de desenvolvimento e para a ação coletiva na resolução de problemas locais.

Este tipo de interpretação estaria em conformidade com os avanços alcançados na discussão sobre desenvolvimento e conservação. Neste sentido, autores que analisam o final da década de 70 constataam que ocorre um reconhecimento generalizado da necessidade de operar mudanças no plano econômico para viabilizar a conservação do meio ambiente. Assim, o que se observa é a superação dos antagonismos entre conservacionistas e desenvolvimentistas. Eckholm menciona:

*En vez de obstinar se en que el desarrollo es una amenaza para el medio ambiente, muchos conservacionistas reconocem ahora que el desarrollo es*

*un requisito de la conservación. Pero no es un desarrollo cualquiera, sino un progreso económico que se pueda sostener ecológicamente y que satisfaga las necesidades esenciales de la cápa social más baja.*<sup>29</sup>

<sup>29</sup> ECKHOLM, E. Tanteador Ambiental. *Ceres*, mar./abr. 1982. p.16.

Avaliando os “avanços” da luta conservacionista observados na década de 70, Eckholm assinala a tomada de consciência de que muitos problemas ambientais se articulam a interesses políticos e econômicos consolidados. Nestes casos, os governos posicionam-se de forma favorável à conservação do meio ambiente. Contudo, é possível constatar alguns avanços parciais no que se refere ao controle da poluição do ar e da água, com a criação de legislação e instituições de controle ambiental, adotando-se, inclusive, em muitos países, os relatórios de impacto ambiental. O autor verifica, ainda, o descrédito da tendência catastrofista no final da década: “*La civilización humana no parece ya predestinada a una inminente destrucción por causa de contaminación o porque se desarticulan los sistemas naturales.*”<sup>30</sup>

<sup>30</sup> ECKHOLM, E. Op. cit., p.14.

## **A DÉCADA DE 80 : mudando de paradigmas**

O contexto recessivo das economias dos países desenvolvidos, que se manifesta desde 1974, prevê um conjunto de transformações no âmbito das estratégias do capital internacional e das economias dos países desenvolvidos.

No âmbito das estratégias empresariais, as pressões trabalhistas se refletem numa inovação tecnológica direcionada à automatização, o que restringe a demanda de mão-de-obra agravando a situação de desemprego oriunda do quadro recessivo. Apesar da contenção do investimento nos países desenvolvidos, a crise de 1982 se manifesta como uma crise de superprodução com conseqüências sobre o comércio mundial. Ao mesmo tempo, acentua-se a oligopolização, terceirização e internacionalização do capi-

tal, o que o torna de tal forma flexível que coloca em risco as estabilidades econômicas nacionais. A sobreprodução, a competição internacional e o padrão de desenvolvimento industrial das empresas transnacionais passam a pressionar para a formação de blocos econômicos de livre comércio. Neste cenário, restringe-se a oferta de capitais e observa-se mesmo um refluxo de capitais para as economias centrais por conta do pagamento dos serviços das dívidas dos países do Terceiro Mundo.<sup>31</sup>

<sup>31</sup> FOLADORI G. Op. cit.

Os estados nacionais dos países desenvolvidos, inflacionados por decorrência de recessão econômica, encontram dificuldade em manter suas políticas sociais, deslocando as preocupações dos movimentos sociais para este campo. Segundo Mármora,

*(...) somando-se os efeitos da crise do petróleo, o advento da crise econômica mundial, o aparecimento do desemprego maciço e o recrudescimento do conflito Leste-Oeste, acabou por extinguir-se o interesse das nações industrializadas pelos problemas ecológicos.*<sup>32</sup>

<sup>32</sup> MÁRMORA, L. A Ecologia como parâmetro das relações Norte-Sul: atua! discussão em torno do Desenvolvimento Sustentável. *Contexto Internacional*, v.14, n.1, p.23-54, jan./jun. 1992. p.28-9.

A constituição de um movimento ecológico de oposição radical mostra-se insuficiente para impedir que se impusesse, no âmbito oficial, uma mistura de posições neomalthusianas e neoliberais. Para Mármora, a preocupação com a questão ambiental, em termos institucionais, somente readquirirá importância com a publicação do Relatório Brundtland, levando a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento a uma convocação urgente para a ação imediata, que resultou, posteriormente, na realização da ECO 92.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Já com relação aos países subdesenvolvidos, inclusive como reflexo da expansão econômica (principalmente industrial e agrícola da década anterior), observa-se uma tendência de agravamento dos problemas ambientais com conformação mais definida da produção intelectual e da luta ambientalista.

<sup>34</sup> COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

O Relatório Brundtland alertou que seria necessário priorizar os problemas ambientais tendo em conta a dificuldade e o comportamento não linear dos ecossistemas. Ainda, os prognósticos dos climatólogos, desenvolvidos durante os anos 80, permitiram perceber a magnitude da destruição da camada de ozônio e estimar as decorrências indesejáveis deste fenômeno.<sup>34</sup>

No âmbito da produção teórica, o que se destaca, durante a década de 80, é a articulação do discurso do condicionamento econômico do qual passam, inclusive, a derivar estratégias de ação e modelos alternativos de desenvolvimento econômico, mais ou menos formalizadas. Estas propostas, entretanto, não enfatizam a questão quantitativa do crescimento como no início da década de 70. A ênfase localiza-se em medidas que atuem sobre o padrão de desenvolvimento (sentido e estratégias do desenvolvimento). Neste movimento formalizam-se as propostas de ecodesenvolvimento (como estratégia principalmente para os países de Terceiro Mundo) e de desenvolvimento sustentável, que adquire maior relevância especialmente após a publicação do Relatório Brundtland.

A proposta de ecodesenvolvimento tem como um de seus principais teóricos e mentor, Ignacy Sachs, e sintetiza a procura de formas de potencializar as contribuições do ambiente na definição do sentido do desenvolvimento com valorização da diversidade cultural.<sup>35</sup> Já a proposta de desenvolvimento sustentável se apresenta como uma evolução em relação às políticas de proteção ambiental até então implementadas, mas não implica subordinação ampla do desenvolvimento à variável ambiental, como propõe o ecodesenvolvimento.

Para Mármore, na medida em que os membros da Comissão Brundtland tentaram superar as divergências existentes, acabaram por não se posicionar quanto a questões polêmicas, gerando uma proposição retórica, ambígua, que constitui a essência do que hoje se denomina desenvolvimento sustentável.<sup>36</sup>

Neste contexto de predominância das interpretações e soluções de orientação econômica, a discussão institucional sobre Educação Ambiental teve como marco o Congresso Internacional UNESCO-PNUMA sobre educação e formação relativas ao meio ambiente, realizado em 1987, em Moscou. Em termos gerais, neste evento corroboraram-se as premissas básicas sobre educação ambiental estabelecidas na Conferência de Tbilisi.<sup>37</sup> A literatura,

<sup>35</sup> Para caracterização mais detalhada do ecodesenvolvimento ver SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo : Vértice, 1986. As críticas a este modelo se referem sobretudo, às relações e articulações do local (um modelo de desenvolvimento autógena com os contextos políticos e econômicos mundiais. Para os críticos o autor peca, também, ao não considerar adequadamente as implicações políticas das desigualdades sociais e dos conflitos de interesse.

<sup>36</sup> O autor observa que a esperança de atingir o crescimento e o progresso tecnológico como uma estratégia para evitar os conflitos está presente em todo o documento. Um dos aspectos conflituosos frente aos quais o Relatório Brundtland teria se omitido seria com relação ao ônus da conservação : Quem paga as contas? Como distribuidor tais custos e com que estratégias responder a estes ou aqueles grupos de interesse? MÁRMO-RA, L. Op. cit.)

<sup>37</sup> Para Assis pode-se perceber algumas pequenas mudanças no marco conceitual onde a EA passa a ser definida como educação para o meio ambiente (reforçando seu caráter estratégico) e, posteriormente, educação para o meio ambiente e desenvolvimento ( no marco da ECO 92), além de admitir-se a convivência de algumas adaptações do ponto de vista metodológico. ASSIS, E. S. de. A UNESCO e a Educação Ambiental. *Em Aberto*, v.10, n.49, p.59-62, jan./mar.1991.

entretanto, começa a apresentar uma preocupação em definir a Educação Ambiental nos marcos do desenvolvimento sustentável. No artigo de Munhoz, por exemplo, a educação ambiental é considerada um pré-requisito para a efetivação do desenvolvimento sustentável, sendo sua função levar os indivíduos a adquirir um conhecimento que os torne capazes de comprometer-se com a proteção e o controle do meio ambiente.<sup>38</sup>

Ainda que, no plano teórico, houvesse princípios relativamente claros sobre como conduzir programas de EA, não se verificou, no Brasil, o desenvolvimento regular de programas desta natureza, de modo que as iniciativas existentes ficaram ao encargo de alguns órgãos estaduais, centros acadêmicos ou pessoas abnegadas.<sup>39</sup>

É necessário admitir que, na perspectiva do condicionamento econômico (principalmente dentro dos paradigmas neoclássicos, que constituem a orientação predominante nas instituições hoje), a educação ambiental não ocupa papel prioritário. As estratégias propostas referem-se ao estabelecimento de sistema de propriedade sobre recursos, a taxações a poluidores, a internalização de custos ambientais, a modelos diferenciados de análise para avaliação e financiamento de projetos, a modelos diferenciados de contabilidade nacional, entre outras medidas que conformarão o desenvolvimento sustentável como uma estratégia de "Resource Management". Ou seja, no que se refere às políticas para o controle da degradação ambiental, o Relatório Brundtland demarca uma mudança de orientação, na medida em que são reconhecidas as limitações das políticas e estratégias de proteção ambiental até o momento adotadas<sup>40</sup> e na medida em que afirma que as mudanças de valores já foram efetuadas, necessitando efetivar-se agora a internalização dos mesmos na política e na economia.<sup>41</sup>

Uma vez que hoje "todos os caminhos institucionais levam ao desenvolvimento sustentável", convém verificar melhor seu significado para melhor compreender as opções que se colocam nos anos 90.

<sup>38</sup> MUNHOZ, T. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental. *Em Aberto*, v.1, n.49, p.63-4, jan./mar. 1991.

<sup>39</sup> DIAS, G. F. Os quinze anos da Educação Ambiental no Brasil: um depoimento. *Em Aberto*, v.1, n.49, p.3-4, jan./mar. 1991.

<sup>40</sup> A seguinte afirmativa é ilustrativa: "Chegou o momento de romper com os padrões do passado. Qualquer tentativa de manter a estabilidade social e ecológica por meio dos velhos métodos de desenvolvimento e proteção ambiental acentuará a instabilidade. É preciso buscar segurança através de mudança". (CNU-MAD. Op. cit., p.346)

<sup>41</sup> Entende-se que o texto de Strong é ilustrativo a este respeito. Diz o autor: "A operação das forças de mercado podem e devem ser um aliado poderoso na provisão de incentivos à mudança. (...) O sistema de incentivos e penalidades através dos quais os governos criam as condições que motivam nossa vida econômica deve ser reexaminado e reorientado para fornecer os incentivos necessários à transição à sustentabilidade em nossa vida industrial e comportamento individualista, igualmente". Neste tipo de interpretação a preparação do indivíduo (cidadão) para a intervenção no meio ambiente, se colocaria em plano secundário, justificando-se, inclusive, uma centralização dos esforços nos programas de capacitação científico-tecnológica para formação de especialistas. (STRONG, M. Op. cit., p.14)

Muitos autores têm reconhecido certa inconsistência ou indefinição no termo. Convém, no momento, elucidar que no plano discursivo-ideológico a proposta do desenvolvimento sustentável insere-se num terceiro momento da elaboração sobre a relação conservação e desenvolvimento. Ou seja, nos marcos da Conferência de Estocolmo muitos sustentavam que a conservação representava um obstáculo ao desenvolvimento. Nas décadas de 70-80 desenvolve-se uma concepção intermediária de possibilidade de compatibilização (desenvolvimento com conservação ou desenvolvimento para conservação). O que o Relatório Brundtland afirma é que a conservação constitui um pré-requisito do desenvolvimento e este, por sua vez, é um pré-requisito da conservação. Operou-se, então, uma inversão completa: de obstáculo à conservação virou pré-requisito do desenvolvimento.

A partir do exposto, julga-se conveniente questionar: até que ponto é verde esta proposta ou até que ponto esta proposta é motivada pelo objetivo da melhoria da qualidade ambiental?

Neste sentido, as discussões do Banco Mundial são esclarecedoras: *“Em última análise, os ecologistas só conseguirão influenciar as políticas se conseguirem demonstrar que boas políticas ecológicas favorecerão o desenvolvimento econômico sustentável, ao invés de prejudicá-lo.”*<sup>42</sup> Fica explicitada, então, a subordinação do “ecológico” ao “econômico”...

A segunda questão que urge evidenciar se refere a quais setores sociais este projeto busca beneficiar...

Num primeiro momento, autores reconhecem as limitações do Relatório Brundtland no que se refere às questões distributivas entre países. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável pode ser interpretado como um projeto no marco das relações capitalistas de produção e que, portanto, não propõe padrões diferenciados de distribuição de renda.

Num segundo momento, é necessário observar que, ao longo destes trinta anos de luta ecológica, conformaram-se novas condições de mercado e de produção. Rattner considera:

<sup>42</sup> REES, C. Como os ecologistas vêm o desenvolvimento sustentável. *Finanças & Desenvolvimento*, p.14-5, dez. 1993. p.15.



*Tradicionalmente, as exigências referentes à proteção do meio ambiente eram consideradas como freio ao crescimento da produção, um obstáculo jurídico legal e demandante de grandes investimentos de difícil recuperação e, portanto, fator de aumento dos custos de produção. Esta visão estreita está mudando rapidamente. Meio ambiente e sua proteção estão se convertendo em oportunidades para abrir mercados, baixar os custos e prevenir-se contra as restrições futuras quanto ao acesso a mercados internacionais.*<sup>43</sup>

<sup>43</sup> RATTNER, H. Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável: uma avaliação crítica. *Revista de Administração*, v.26, n.1, p.5-11, jan./mar. 1991. p.7.

Constata-se, então, que a conscientização da opinião pública levou à exigência de novos padrões de produção (não poluidores), ao mesmo tempo que constituiu um novo mercado (para produtos sadios e tecnologias despoluidoras). Por outro lado, a escassez de recursos não renováveis pressiona os custos de produção, tornando viáveis alternativas tecnológicas baseadas na exploração de recursos renováveis. As mudanças de paradigmas tecnológicos, por sua vez, explicitam o enorme potencial das biotecnologias e tecnologias intensivas em informação. Tudo isso gera uma situação onde se torna possível pensar a “sustentabilidade (ou conveniência) econômica” do “desenvolvimento ecológico”. Parece que é este caminho que se pretende trilhar... Neste caso, seria de muita valia, mesmo sob o paradigma neoliberal, que o Estado desse “uma ajudazinha” para a “reconversão tecnológica” dos grupos econômicos mais significativos.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: uma proposta *démodée*?**

A análise da ação ambientalista nas últimas três décadas evidencia o aparecimento de diferentes propostas de Educação Ambiental. Estas traduziriam preocupações e interpretações condizentes com o momento e com o meio em que são elaboradas. Assim, a Educação Ambiental assume diferentes formas.

Ora ela emerge como uma iniciativa engajada no projeto de superação da crise da sociedade urbano-industrial. Ou seja, aparece como um instrumento para mudança de valores e atitudes capaz de viabilizar a instauração de uma nova ética e de uma sociedade utópica onde se recria a harmonia entre o homem e a natureza.

Em outros momentos, ela emerge como uma força poderosa que, mediante a conscientização ecológica e a exploração das interdependências, contribui para a sobrevivência do planeta Terra.

Nos discursos institucionais, a Educação Ambiental aparece como parte de uma estratégia política mundial para a conservação dos recursos naturais e do ambiente humano.

Para certos movimentos sociais organizados, A Educação Ambiental é instrumento de conscientização sobre as características perversas do capitalismo. Pode aparecer, também, como instrumento de conscientização das características perversas dos modelos de desenvolvimento sob a ótica social e ambiental. Figura, assim, como parte de uma estratégia de libertação dos povos oprimidos.

Para alguns, a Educação Ambiental é um instrumento importante para a solução de problemas locais. Neste caso, seu objetivo é sensibilizar e motivar indivíduos e coletividades para a ação local de controle de degradação ambiental.

Recentemente, tende a aparecer como parte de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável. Nesta última perspectiva, a utopia contida no discurso do desenvolvimento sustentável faz crer que se encontrou o caminho para a redenção dos povos. A ênfase na condição de “projeto nacional”, para o bem de todos, mascara os conflitos de interesse e as opções políticas que acompanham sua concretização.

A partir do estudo histórico é possível entender quando e porque emergem estes diferentes enfoques e, ao mesmo tempo, porque são superados. Assim, as experiências históricas destituem de sentido argumentos que sustentam certas propostas, as quais tendem, então, a perder legitimidade e potencial de mobilização. Tornam-se *démodées*.

\* Vivien Diesel é professora do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.